



2024

Demonstrações Financeiras

www.comiva.com.br





 A Força da União!

Nossa

História

A COMIVA começou com a chegada do padre norte-americano Dom Éric James Deitchman em Mineiros, Goiás que, com a sua visão de futuro, ajudou a comunidade local a construir a perspectiva de criação de uma cooperativa com a classe produtora e que fosse modelo para o estado de Goiás.

Foi então que em 27 de fevereiro de 1972, com 31 produtores rurais, foi constituída. Atualmente é composta por mais de 3 mil associados, agricultores e pecuaristas que armazenam, produzem, beneficiam e comercializam a sua produção, abastecendo os seus associados proporcionando recursos financeiros destinados às atividades enquadradas em seu objetivo social.

Durante todos estes anos, a COMIVA ampliou a sua estrutura, construindo armazenagens, usina de beneficiamento de sementes, dentre vários outros investimentos, que beneficiam os seus associados e a comunidade local, além de ser referência de cooperativismo em todo o Estado de Goiás.



 A Força da União!

Soluções

Produtos e Serviços



Rações

Fábrica de Rações própria atendendo nosso associado (pecuarista) de corte e leite, com produtos industrializados de qualidade e matérias-primas selecionadas.



Grãos e Insumos

Atuamos na armazenagem, compra e venda de grãos, especialmente milho, soja e sorgo. Também comercializamos os insumos para sua produção.



Serviços

Dispomos de assistência e acompanhamento técnico com uma equipe especializada e preparada para atender o associado do plantio à colheita.



www.comiva.com.br



 A Força da União!

Suplementos, Misturas e Rações



São oferecidos aos produtores uma extensa linha de insumos, como suplementos minerais e rações animais.

Com a prestigiada marca COMIVA “Nutrição Animal”, os suplementos são destinados a bovinos de corte, de leite, eqüinos, ovinos e suínos.

Matérias-primas selecionadas que passam regularmente por análises bromatológicas, garantem o alto padrão de qualidade dos produtos.

 www.comiva.com.br



 A Força da União!

Projetos Sociais

Educando para o Futuro



COMIVA Educando para o Futuro, é um programa que oferece a mais de 400 crianças acesso a ensino e atividades estudantis solidárias, visando estimular a formação de uma consciência sobre cooperação, como também auxiliar na qualificação e valorização dos professores e colaboradores.



 A Força da União!

Jovens e Mulheres

Jovens

Incluir, capacitar e promover o desenvolvimento profissional de jovens entre 14 a 21 anos.

Em parceria com o SENAC, viabiliza a formação técnica dos jovens, e oferece oportunidade de estágio remunerado.

Mulheres

A COMIVA realiza encontros periódicos com associadas, esposas e filhas de associados, no intuito de estimular a liderança feminina no agronegócio, como também melhorar a autoestima e a qualidade de vida da mulher.





**Relatório da
Administração**



08

**Relatório dos
Auditores Independentes**



09

**Demonstrações
Financeiras**



13

**Parecer do Conselho
Fiscal**



38



 A Força da União!

Relatório

Administração

Em 2024 impulsionamos investimentos em infraestrutura, capacitação e inovação, ampliando a oferta de produtos e fortalecendo ainda mais o relacionamento com nossos cooperados.

Os resultados financeiros demonstram a solidez da cooperativa, com aumento do ativo total e, em que pese o cenário desafiador do agronegócio brasileiro, o resultado líquido permaneceu positivo.

Avançamos em práticas de governança e responsabilidade socioambiental, reforçando e implementando ações para o desenvolvimento de nossos cooperados, além da comunidade local.

Para 2025, continuaremos investindo na ampliação dos produtos e serviços e no fortalecimento de nossas parcerias. Aprimoraremos ainda mais a gestão financeira e a integração entre os cooperados.

Seguimos confiantes de que o cooperativismo continuará sendo um pilar fundamental para o desenvolvimento econômico de todos.

A Administração



 www.comiva.com.br





Marol Auditoria e Consultoria Contábil e Empresarial

Avenida 136, 960, Edifício Executive Tower, 18º andar, Setor Marista
74180-040. Goiânia, Goiás. Brasil
marol.cnt.br

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações financeiras

Aos
Administradores da
Cooperativa Mista Agropecuária do Vale do Araguaia – COMIVA
Mineiros, Goiás

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Mista Agropecuária do Vale do Araguaia – COMIVA (“COMIVA” ou “Entidade”), que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas Demonstração de Sobras ou Perdas dos Atos Cooperativos e Não Cooperativos, Destinações Legais e Estatutárias, Das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa Mista Agropecuária do Vale do Araguaia – COMIVA** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Ativo imobilizado

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº. 05.08, a Entidade está em processo de levantamento, tombamento e identificação dos bens que compõe o seu ativo imobilizado que permitam correlacioná-los aos controles internos existentes. Contudo, até a conclusão da nossa revisão, os trabalhos não haviam sido concluídos. Dessa forma, não nos foi possível, através de procedimentos alternativos de revisão, concluir quanto à existência e totalidade dos referidos bens.





Em decorrência desse processo de implementação dos controles, a Entidade não adotou a revisão da vida útil do ativo imobilizado, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 27 e pela interpretação Técnica ICPC 10 e, portanto, decidiu continuar depreciando o saldo do ativo imobilizado utilizando as taxas permitidas pela legislação tributária. Adicionalmente, a Administração da Entidade não dispõe de elementos que nos possibilitam avaliar se o referido ativo imobilizado será recuperado em sua totalidade, em atendimento ao requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 01) e Conselho Federal de Contabilidade. Como consequência, com exceção dos bens imóveis, não nos foi possível concluir sobre a adequação do saldo do ativo imobilizado e despesa de depreciação, bem como seus respectivos reflexos tributários advindos deste tema em 31 de dezembro de 2024.

Estoques

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº. 05.06, a Entidade encontra-se em processo de aprimoramento dos controles de seus estoques e critérios de apuração de custos e método de custeio, visando dar conformidade ao CPC 16 – Estoques. Contudo, até a conclusão da nossa revisão, os trabalhos não haviam sido concluídos, de modo tal que não nos foi possível acompanhar a realização dos inventários físicos dos estoques ao final do exercício. Consequentemente, nestas circunstâncias, não nos é possível concluir sobre a adequação dos estoques e respectivos custos, bem como determinar os possíveis efeitos no resultado e no patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as Entidades Cooperativas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.





Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são o de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

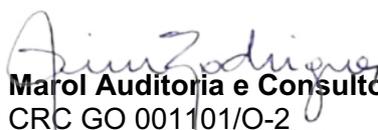




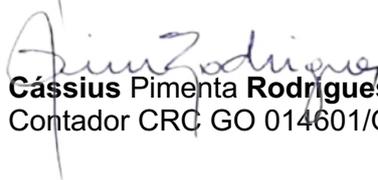
Outros assuntos

Não revisamos as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, cujos valores são apresentados para fins de comparação.

Goiânia, Goiás, 25 de março de 2025.



Marol Auditoria e Consultoria Contábil e Empresarial S/S Ltda.
CRC GO 001101/O-2



Cássius Pimenta Rodrigues
Contador CRC GO 014601/O-0





COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

Cooperativa Mista Agropecuária do Vale do Araguaia – COMIVA

CNPJ (ME) nº. 01.167.501/0001-20

Balanco Patrimonial, em 31/12/2024 e 31/12/2023

Valores expressos em Reais (R\$)

		31-12-24	31-12-23			31-12-24	31-12-23
ATIVO	Nota			PASSIVO	Nota		
ATIVO CIRCULANTE		394.170.348	402.667.678	PASSIVO CIRCULANTE		350.397.505	335.908.058
DISPONIVEL		41.849.750	17.006.052	OBRIGAÇÕES A PAGAR		350.397.505	335.908.058
Caixa e equivalentes de caixa	05.01	6.664.985	5.094.211	Empréstimos e financiamentos	05.10	171.159.725	136.114.435
Aplicações financeiras	05.01	35.184.765	11.911.841	Fornecedores	05.09	160.598.606	184.578.263
CRÉDITOS		352.320.598	385.661.626	Obrigações sociais e trabalhistas	05.11	6.217.680	5.656.100
Contas a receber	05.02	195.483.503	228.352.913	Obrigações tributárias	05.12	1.152.932	899.654
Estoques	05.06	133.804.147	135.512.106	Contas a pagar	05.13	8.566.692	2.830.052
Tributos a recuperar	05.03	3.343.453	2.050.132	Adiantamento de clientes		2.701.871	5.829.554
Adiantamento a terceiros	05.04	13.236.600	13.289.254				
Despesas pagas antecipadamente	05.05	6.452.896	6.457.221				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		93.870.069	82.972.901	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		55.490.024	69.886.390
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		11.118.108	4.683.791	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		55.490.024	69.886.390
Contas a receber	05.02	4.846.307	1.875.992	Empréstimos e financiamentos	05.10	47.856.452	42.263.891
Outras contas a receber	05.05	6.271.801	2.807.799	Fornecedores	05.09	663.200	24.203.096
INVESTIMENTOS		12.234.091	12.113.611	Outras obrigações a longo prazo		6.970.372	3.419.402
Investimentos	05.07	12.234.091	12.113.611				
IMOBILIZADO		70.379.785	65.686.547	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		82.152.887	79.846.131
Imobilizado líquido	05.08	70.379.785	65.686.547	Capital Social	06.04	37.044.233	36.087.477
INTANGÍVEL		138.084	488.951	(-) Capital a integralizar	06.04	(18.910)	(20.270)
Intangível	05.08	138.084	488.951	Reservas	06.05	45.127.564	43.778.924
TOTAL		488.040.417	485.640.579	TOTAL		488.040.417	485.640.579

As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Mineiros, Goiás, 31 de dezembro de 2024.

Assinado por:

Cássio Teodoro Carrijo

Cássio Teodoro Carrijo

Diretor Presidente

Assinado por:

ALBERONE JOSÉ DE OLIVEIRA CARRIJO

Alberone José de Oliveira Carrijo

Secretário

DocuSigned by:

REGIS RESENDE MACHADO

Regis Resende Machado

Vice Presidente

Assinado por:

ANA LÚCIA ARAÚJO DAS VIRGENS

Ana Lúcia Araújo Virgens

Contadora CRC GO nº. 029074/O



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

Cooperativa Mista Agropecuária do Vale do Araguaia – COMIVA

CNPJ (ME) nº. 01.167.501/0001-20

Demonstração de Sobras ou Perdas dos Atos Cooperativos e Não Cooperativos, em 31/12/2024 e 31/12/2023
Valores expressos em Reais (R\$)

NE	2024			2023		
	Cooperativo	Não Cooperativo	Total	Cooperativo	Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS	1.067.575.484	50.017.676	1.117.593.160	1.241.211.412	24.472.487	1.265.683.899
INGRESSOS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2.721.653	2.757.505	5.479.158	2.383.137	3.047.975	5.431.111
CANCELAMENTOS E DEVOLUÇÕES	(10.519.218)	(518.691)	(11.037.909)	(10.577.142)	(1.614.150)	(12.191.292)
IMPOSTOS S/ VENDAS E SERVIÇOS	(7.032.473)	(346.764)	(7.379.236)	(7.014.465)	(1.069.815)	(8.084.280)
INGRESSOS E RECEITAS LIQUIDAS	1.052.745.446,48	51.909.726,70	1.104.655.173,18	1.226.002.941,29	24.836.497,11	1.250.839.438,40
CUSTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	(944.227.138)	(46.558.808)	(990.785.946)	(1.146.308.102)	(16.998.132)	(1.163.306.234)
DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(6.752.198)	(332.944)	(7.085.142)	(54.234.753)	(7.236.262)	(61.471.015)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	101.766.110	5.017.976	106.784.086	25.460.086	602.103	26.062.189
DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(75.578.319)	(3.726.684)	(79.305.003)	(13.154.548)	(301.779)	(13.456.327)
Dispêndios com pessoal	(29.426.951)	(1.451.011)	(30.877.962)	(5.237.225)	(120.147)	(5.357.372)
Impostos, taxas e contribuições	(884.472)	(43.612)	(928.085)	(126.817)	(2.909)	(129.726)
Dispêndios gerais	(45.266.896)	(2.232.061)	(47.498.957)	(7.790.507)	(178.722)	(7.969.229)
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	640.257	31.570,35	671.827	2.689.345	61.696	2.751.041
Outros ingressos operacionais	1.025.311	50.557	1.075.868	2.744.230	62.955	2.807.185
Outros dispêndios operacionais	(385.054)	(18.987)	(404.041)	(54.885)	(1.259)	(56.144)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	26.828.048	1.322.862	28.150.909	14.994.883	362.021	15.356.903
RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO	(25.115.434)	(1.238.415)	(26.353.849)	(12.479.159)	(285.938)	(12.765.097)
Ingressos e receitas financeiras	7.729.711	381.144	8.110.855	12.524.774	286.983	12.811.757
Variações monetárias ativas	-	-	-	-	-	-
Dispêndios e despesas financeiras	(32.845.146)	(1.619.558)	(34.464.704)	(25.003.932)	(572.922)	(25.576.854)
RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO	1.712.613	84.447	1.797.060	2.515.724	76.083	2.591.807
RESULTADO NÃO OPERACIONAL LIQUIDO	-	-	-	-	-	-
Ingressos não operacionais	-	-	-	-	-	-
Custos, dispêndios e despesas não operacionais	-	-	-	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IRPJ E CSLL	1.712.613	84.447	1.797.060	2.515.724	76.083	2.591.807
(-) Provisão para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	(12.667)	(12.667)	-	(18.260)	(18.260)
(-) Provisão para a Contribuição Social sobre o Lucro	-	(7.600)	(7.600)	-	-	-
SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO	1.712.613	64.180	1.776.793	2.515.724	57.823	2.573.547

As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Mineiros, Goiás, 31 de dezembro de 2024.

Assinado por:
Cássio Teodoro Carrijo
1BB399A76D6E4DA
Cássio Teodoro Carrijo
Diretor Presidente

Assinado por:
ALBERONE JOSÉ DE OLIVEIRA CARRIJO
28289562EC2C490
Alberone José de Oliveira Carrijo
Secretário

DocuSigned by:
REGIS RESENDE MACHADO
8CDAEDA24709406
Regis Resende Machado
Vice Presidente

Assinado por:
ANA LÚCIA ARAÚJO DAS VIRGENS
7D833BBFFAD1413...
Ana Lúcia Araújo Virgens
Contadora CRC GO nº. 029074/O



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

Cooperativa Mista Agropecuária do Vale do Araguaia – COMIVA

CNPJ (ME) nº. 01.167.501/0001-20

Demonstração das Destinações Legais e Estatutárias, em 31/12/2024 e 31/12/2023

Valores expressos em Reais (R\$)

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023	Total
SOBRAS/RESULTADOS LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.776.793	2.573.547	4.350.340
Destinações			
Legais			
FATES			
Destinação do resultado positivo com terceiros	(64.180)	(57.823)	
SUBTOTAL - SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	1.712.613	2.515.724	4.350.340
ESTATUÁRIAS			
Reserva Legal			
20% das sobras, conforme art. 64, inciso I.	342.523	503.145	845.667
FATES			
5% das sobras, conforme art. 64, inciso II.	85.631	125.786	211.417
CAPITAL SOCIAL			
25% das sobras, conforme art. 64, inciso III.	428.153	628.931	1.057.084
FUNDO DE INVESTIMENTOS			
25% das sobras, conforme art. 64, inciso IV.	428.153	628.931	1.057.084
FUNDO DE CAPITAL DE GIRO			
25% das sobras, conforme art. 64, inciso V.	428.153	628.931	1.057.084

As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Mineiros, Goiás, 31 de dezembro de 2024.

Assinado por:

Cássio Teodoro Carrijo

Cássio Teodoro Carrijo

Diretor Presidente

Assinado por:

ALBERONE JOSÉ DE OLIVEIRA CARRIJO

Alberone José de Oliveira Carrijo

Secretário

DocuSigned by:

REGIS RESENDE MACHADO

Regis Resende Machado

Vice Presidente

Assinado por:

ANA LÚCIA ARAÚJO DAS VIRGENS

Ana Lúcia Araujo Virgens

Contadora CRC GO nº. 029074/O



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

Cooperativa Mista Agropecuária do Vale do Araguaia – COMIVA

CNPJ (ME) nº. 01.167.501/0001-20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, em 31/12/2024 e 31/12/2023

Valores expressos em Reais (R\$)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS ESTATUÁRIAS	RESERVA DE REAVLIAÇÃO	SOBRAS DO EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31/12/2022	34.010.112,50	1.061.545,24	25.041.883,20	15.730.879,86	-	75.844.420,80
Integralização de capital	2.270.077					2.270.077
Devolução de capital	(841.914)					(841.914)
Destinação do resultado positivo com terceiros			57.823		(57.823)	-
Realização de reserva de avaliação patrimonial			185.026	(185.026)		-
Subtotal	35.438.276	1.061.545	25.284.732	15.545.854	(57.823)	77.272.584
Resultado líquido do exercício					2.573.547	2.573.547
Destinações						
Fundo de reserva			503.145		(503.145)	-
Reserva de Assist. Técnica Educacional, Social - FATES			125.786		(125.786)	-
Fundo de investimento			628.931		(628.931)	-
Fundo de capital de giro			628.931		(628.931)	-
Capitalização de sobras	628.931				(628.931)	-
SALDO EM 31/12/2023	36.067.207	1.061.545	27.171.525	15.545.854	-	79.846.131
Integralização de capital	1.720.920					1.720.920
Devolução de capital	(1.190.957)					(1.190.957)
Destinação do resultado positivo com terceiros			39.067		(39.067)	-
Realização de reserva de avaliação patrimonial						-
Subtotal	36.597.170	1.061.545	27.210.592	15.545.854	(39.067)	80.376.094
Resultado líquido do exercício					1.776.793	1.776.793
Destinações						
Fundo de reserva			342.523		(342.523)	-
Reserva de Assist. Técnica Educacional, Social - FATES			85.631		(85.631)	-
Fundo de investimento			428.153		(428.153)	-
Fundo de capital de giro			428.153		(428.153)	-
Capitalização de sobras	428.153				(428.153)	-
SALDO EM 31/12/2024	37.025.323	1.061.545	28.495.052	15.545.854	25.113	82.152.887

As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Mineiros, Goiás, 31 de dezembro de 2024.

Assinado por:

Cássio Teodoro Carrijo

Cássio Teodoro Carrijo

Diretor Presidente

Assinado por:

ALBERONE JOSÉ DE OLIVEIRA CARRIJO

Alberone José de Oliveira Carrijo

Secretário

DocuSigned by:

REGIS RESENDE MACHADO

Regis Resende Machado

Vice Presidente

Assinado por:

ANA LÚCIA ARAÚJO DAS VIRGENS

Ana Lúcia Araújo Virgens

Contadora CRC GO nº. 029074/O



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

Cooperativa Mista Agropecuária do Vale do Araguaia – COMIVA

CNPJ (ME) nº. 01.167.501/0001-20

Demonstração dos Fluxos de Caixa, em 31/12/2024 e 31/12/2023

Valores expressos em Reais (R\$)

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
SOBRAS OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.776.793	2.573.547
Resultado do exercício	1.776.793	2.573.547
(+) DESPESAS NÃO DESEMBOLSÁVEIS	6.741.330	5.383.462
Depreciações e amortizações	6.741.330	5.383.462
(=) GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA	8.518.123	7.957.009
(+) ACRÉSCIMOS DE FONTES OPERACIONAIS	1.707.959	16.907.313
Variação de estoques	1.707.959	16.907.313
(=) TOTAL DAS FONTES OPERACIONAIS	10.226.082	24.864.322
(-) ACRÉSCIMOS DE APLICAÇÕES OPERACIONAIS	(11.077.225)	92.513.166
Variação de contas correntes	(32.869.410)	32.114.753
Variação de contas adiantamentos	(52.655)	5.170.177
Variação de impostos a recuperar	1.293.321	348.041
Variação de outros valores a receber	-	(1.569.086)
Variação de dispêndios antecipados	(4.325)	(177.828)
Variação de fornecedores	23.979.657	55.228.621
Variação de outras obrigações	(2.608.957)	2.660.629
Variação de salários e obrigações sociais	(561.580)	(1.046.028)
Variação de obrigações tributárias	(253.278)	(216.113)
(=) GERAÇÃO OPERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA S/D	21.303.307	(67.648.844)
(+) ACRÉSCIMOS DE FONTE NÃO OPERACIONAIS	30.331.893	61.776.240
Integralização de capital social	1.720.920	2.270.077
Variação financiamentos	35.045.290	59.886.163
Variado ARPL	(6.434.317)	(380.000)
(-) ACRÉSCIMOS DE APLICAÇÕES NÃO OPERACIONAIS	26.791.503	(6.467.580)
Variação do imobilizado	11.083.701	9.080.402
Variação de investimentos	120.480	1.329.604
Variação de PELP	14.396.365	(17.719.499)
Devolução de capital social	1.190.957	841.914
Repasse para AFUCOMIVA	-	-
(=) GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	24.843.697	594.976
(+) SALDO INICIAL DE CAIXA	17.006.052	16.411.076
	41.849.750	17.006.052

As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Mineiros, Goiás, 31 de dezembro de 2024.

Assinado por:

Cássio Teodoro Carrijo

Cássio Teodoro Carrijo

Diretor Presidente

Assinado por:

ALBERONE JOSÉ DE OLIVEIRA CARRIJO

Alberone José de Oliveira Carrijo

Secretário

DocuSigned by:

REGIS RESENDE MACHADO

Regis Resende Machado

Vice Presidente

Assinado por:

ANA LÚCIA ARAÚJO DAS VIRGENS

Ana Lúcia Araújo Virgens

Contadora CRC GO nº. 029074/0



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa Mista Agropecuária do Vale do Araguaia – COMIVA (“**COMIVA**”, “**Cooperativa**” ou “**Entidade**”), é uma sociedade cooperativa singular com atuação em todo território nacional, e área de atuação para efeito de admissão de cooperados o Estado de Goiás.

Tem por objetivo promover o estímulo, o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades econômicas em benefício de seus cooperados. É regida pela Lei nº. 5.764, de 16 dezembro de 1971, que regulamenta o Sistema Cooperativo no Brasil.

NOTA 01. PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Cooperativa atua na fábrica de rações próprias, atendendo nosso associado (pecuarista) de corte e leite, com produtos industrializados de qualidade e matérias-primas selecionadas. Atua também na armazenagem, compra e venda de grãos, especialmente milho, soja e sorgo, além de comercialização de insumos para produção, bem como a prestação de assistência técnica aos seus cooperados.

NOTA 02. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

02.01 Declaração de conformidade com as normas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas brasileiras de contabilidade aplicáveis às entidades de grande porte, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Lei nº. 5.764, de 1971 que rege o sistema cooperativo, bem como pela Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2004, do Conselho Federal de Contabilidade, específica para as sociedades cooperativas.

As demonstrações financeiras são individuais e foram aprovadas para divulgação pela Diretoria em reunião realizada em 25 de março de 2025.

02.02 Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em moeda corrente nacional, Real (R\$), sendo esta a moeda funcional.

02.03 Continuidade operacional

Por ocasião do encerramento do exercício de 2024, a COMIVA desenvolvia suas atividades com plena capacidade comercial, financeira, operacional e técnica, com planejamento de investimentos e expansão de seus negócios.

A diretoria executiva não tem conhecimento de fatos, indícios, situações ou incertezas materiais que possam gerar dúvidas quanto a sua capacidade de continuar operando. desta forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base em pressupostos de continuidade operacional dos negócios.

02.04 Classificação circulante versus não circulante

A Entidade apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

Rubrica
CTC

DS
RRM

Rubrica
ANDAC

Rubrica
AADV



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

- (a) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Entidade.
- (b) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- (c) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- (d) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- (a) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Entidade.
- (b) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- (c) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- (d) A Entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

02.05 Uso de estimativas e julgamentos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração mantenha o controle dos recursos da Entidade, faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e receitas, dispêndios e despesas.

As estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e do intangível, estimativa de perdas com créditos, provisão para realização de créditos fiscais, provisão para contingências e riscos e a mensuração de instrumentos financeiros.

Efeitos de melhorias nas estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

NOTA 03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

03.01 Regime de Escrituração

Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, que implica no reconhecimento dos ingressos e dispêndios quando incorridos, independentemente do seu efetivo recebimento ou pagamento, exceto sobre os créditos em cobrança judicial, sobre os quais os juros são reconhecidos quando efetivamente recebidos, ou seja, pelo regime de caixa, por ser evento incerto.

03.02 Reconhecimento dos Ingressos e das Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas é reconhecida seguindo os seguintes passos:

- Identificação do contrato com o cliente.
- Identificação das obrigações do contrato.
- Determinação do preço da transação.
- Alocação do preço da transação às obrigações do contrato.
- Reconhecimento da receita quando (ou assim que) a Entidade satisfaça a obrigação.

Rubrica
CTC

DS
RRM

Rubrica
ADOC

Rubrica
ALADV



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

Se o preço da transação incluir componentes variáveis, o valor estimado será reconhecido na receita na medida em que houver alta probabilidade de não ocorrer reversão significativa no momento da determinação do componente variável.

03.03 Contas a receber de clientes

Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

A perda esperada de créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência de que a Administração não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Em conformidade aos pronunciamentos do CPC 48 / IFRS 9, a Entidade efetua análise de riscos de suas contas a receber, reconhecendo a perda esperada, quando aplicável.

Passivos de contrato – Adiantamento de Clientes

Um passivo de contrato é reconhecido se um pagamento for recebido ou um pagamento é devido (dentre estes, o que ocorrer antes) de um cliente antes que a Entidade transfira bens ou serviços relacionados. Os passivos de contrato são reconhecidos como receita quando a Entidade cumpre as obrigações previstas no contrato (a transferência do controle dos bens ou serviços ao cliente).

03.04 Créditos Tributários

Os impostos e contribuições recuperáveis são registrados no ativo circulante e realizável a longo prazo, conforme a expectativa de realização.

03.05 Avaliação dos Estoques

Os estoques existentes na data do balanço foram avaliados de acordo com o custo do produto na data da venda, despojado dos impostos recuperáveis.

03.06 Estimativa para Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa

O reconhecimento da estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa é realizada tendo por base análise individualizada da carteira de recebíveis e constatação de valores que carregam risco de não recebimento, bem como em posição jurídica dos assessores da Entidade, nos casos em que há cobrança administrativa e/ou judicial.

03.07 Imobilizado

03.07.01 Bases de Mensuração

Os bens incorporados ao imobilizado estão reconhecidos pelo custo de aquisição.

03.07.02 Método de Depreciação

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável dos bens, apurado com base nas taxas admitidas pela Receita Federal do Brasil, sendo:

- **Edificações:** de 15 a 20 anos.
- **Máquinas e equipamentos:** de 5 a 15 anos.
- **Veículos:** 4 anos.
- **Outros imobilizados:** de 5 a 15 anos.

Rubrica
CTC

DS
RRM

Rubrica
ADOC

Rubrica
AADV



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

03.07.03 Análise de Recuperabilidade

Não há falta de recuperabilidade das principais unidades geradoras de caixa em razão de todas estarem sendo utilizadas no desenvolvimento das operações, com perspectiva de continuidade de uso e geração de caixa.

03.08 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados pelo custo histórico de aquisição, menos a amortização acumulada calculada de forma linear.

03.09 Método de Mensuração dos Investimentos

São avaliados ao custo histórico, não havendo situações que requerem a avaliação pelo método da equivalência patrimonial e/ou valor justo.

03.10 Custo dos Empréstimos

Os empréstimos e financiamentos bancários são atualizados de acordo com as taxas contratuais pactuadas e os encargos financeiros registrados integralmente como dispêndios e despesas financeiras no resultado do exercício, exceto àqueles captados para a aquisição ou construção de bens do imobilizado, os quais são ativados até o momento em que o bem esteja em condições para o uso.

03.11 Provisões

A Cooperativa registra provisões quando possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cujo desembolso futuro seja provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando-se em conta os riscos e incertezas inerentes à apuração de seu valor.

03.12 Operações com Não Cooperados

As operações com não cooperados são segregadas de modo a permitir a apuração do resultado em separado para cálculo e incidência dos tributos e para fins de destinação.

03.13 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados unicamente sobre os resultados não cooperados, face a não incidência sobre o resultado das operações com os cooperados.

03.14 Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social

Os gastos com assistência técnica, educacional e social realizadas no exercício foram registrados no resultado, e ao final revertido ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social para a contas Sobras do Exercício, conforme item 14 da NBC ITG 2004.

É considerado indivisível entre os associados é constituído de 5% das sobras líquidas em operações com os cooperados e 100% do resultado das operações com não cooperados depois de descontados os impostos incidentes, sendo destinado a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social de conformidade com os artigos 28 e 87 da Lei nº. 5.764, de 1971.

Rubrica
CTC

DS
RRM

Rubrica
ANDAC

Rubrica
ALADU



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

03.15 Títulos e valores mobiliários

São registradas ao custo de aquisição, ajustado pelo valor das cotas informado pelos administradores dos respectivos títulos e valores mobiliários, sendo a melhor estimativa da administração de valor justo desses ativos. A valorização e/ou a desvalorização, quando ocorrem, são apresentadas em reconhecimento de ganhos e/ou perdas.

03.16 Juros sobre o Capital Social

A remuneração de juros ao capital social integralizado é de até 12,00%.

03.17 Tributos sobre o Lucro

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido, apurado no ajuste anual.

03.18 Contingências Fiscais

A Entidade é parte em processos judiciais e administrativos, os quais provisões são constituídas quando é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e/ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, e são periodicamente revisadas e ajustadas nos casos em que há alterações nas circunstâncias pelas quais foram constituídas.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, as jurisprudências disponíveis e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

03.19 Instrumentos financeiros. Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

03.19.01 Ativos financeiros. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Entidade para a gestão desses ativos. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Entidade tenha aplicado o expediente prático, a Entidade inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Entidade tenha aplicado o expediente prático, são mensuradas conforme Nota Explicativa nº. 2.

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte do instrumento contratual.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justos através do Resultado – VJR,

Rubrica

CTC

DS

RRM

Rubrica

ADV

Rubrica

ADV



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Entidade para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Entidade se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Rubrica

CTC

DS

RRM

Rubrica

AADV

Rubrica

ADOC



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

Os instrumentos de dívida da Entidade ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem investimentos em instrumentos de dívida cotados incluídos em outros ativos financeiros não circulantes.

A Entidade até a data do encerramento desta demonstração financeira não possui ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Entidade pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente.

A Entidade até a data do encerramento desta demonstração financeira não possui ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR) são apresentados no balanço pelo valor justo, com as variações líquidas reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Entidade transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse, e; (a) a Entidade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou; (b) a Entidade nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Entidade transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Entidade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Entidade também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Entidade.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (I) o valor do ativo; e (II) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Entidade reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Entidade espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

Rubrica

CTC

DS

RRM

Rubrica

AADV

Rubrica

ADOL



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Entidade aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Entidade não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Entidade estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Entidade considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Entidade também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Entidade receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Entidade. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

03.19.02 Passivos financeiros. Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado;
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros

Rubrica
CTC

DS
RRM

Rubrica
AADV

Rubrica
ADOC



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

derivativos contratados pela Entidade que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Entidade não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Esta é a categoria mais relevante para a Entidade. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

NOTA 04. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

(a) Alterações na norma IAS 1 / CPC 26 R1. Apresentação das demonstrações financeiras

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

Rubrica

ALADV

Rubrica

CTC

DS

RRM

Rubrica

ADOC

- O direito da Entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da Entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a Companhia exercer seu direito de postergar a liquidação, e;
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria Companhia, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações financeiras da Entidade.

(b) Alterações na norma IFRS 16 / CPC 06 R2. Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15 / CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar “pagamentos de arrendamento” ou “pagamentos de arrendamento revistos” de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras da Entidade.

(c) Alterações na IAS 7 / CPC 03 (R2) e IFRS 7 / CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (*reverse factoring*, *forfait* ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Entidade, estão descritas a seguir. A Entidade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

Rubrica
CTC

DS
RRM

Rubrica
ALDV

Rubrica
ANDAC



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

Pronunciamento	Alteração / Aprimoramento	Efetiva para períodos iniciados em ou após
Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2)	Exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável.	1º janeiro 2025
Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza	1º janeiro 2026
Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48	Podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação	1º janeiro 2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtópicos na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil	1º janeiro 2027
Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19	1º janeiro 2027

A Entidade avalia o impacto dessas novas normas e alterações. Para as alterações da IFRS 19, espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

NOTA 05. DETALHAMENTOS DE SALDOS

05.01 Caixa e equivalente de caixa

CONTA	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	121.568	146.295
Banco conta movimentos	6.543.417	4.947.916
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata		
Aplicação Fixa FC STONE	642.637	1.758.123
Mercantil do Brasil	116.870	116.870
Industrial do Brasil	1.050.291	
Banco Safra S/A	78.472	21.823

Rubrica

CTC

DS

RRM

Rubrica

ADV

Rubrica

ADOC



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata		
Caixa Econômica Federal	6.552.995	2.111.119
Banco Santander do Brasil S/A	69.592	62.257
Banco Bradesco S/A	4.617.315	4.832.416
Banco do Brasil S/A	22.006.973	2.130.385
Sicredi Ceilero Centro Oeste	49.621	32.169
Banco CCB Brasil S/A		281.904
UNISAÚDE Goiás		564.774
TOTAL	41.849.750	17.006.052

05.02 Contas a receber

Valores a receber pelo fornecimento e venda de mercadorias ou prestação de serviço.

05.02.01 Contas a receber circulante

CONTA	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber	187.833.389	221.532.080
Cheques a receber	8.918.080	8.088.799
(-) PCLD	(1.267.967)	(1.267.967)
TOTAL	195.483.503	228.352.913

(a) Aging list de contas e cheques a receber, em 31/12/2024

	31/12/2024
A vencer	133.176.813
Vencidos entre 1 e 30 dias	9.665.457
Vencidos entre 31 e 60 dias	1.387.640
Vencidos entre 61 e 90 dias	2.697.825
Vencidos entre 91 e 180 dias	15.733.823
Vencidos entre 181 e 360 dias	7.924.785
Vencidos acima de 360 dias	24.897.161
	195.483.503

Dos valores vencidos que não foram reconhecidos como perdas, há renegociações com provável expectativa de recebimento e, ainda, suportados em garantias, incluindo garantias reais e fidejussórias.

05.02.02 Contas a receber não circulante

CONTA	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber	9.973.938	7.003.623
(-) PCLD	(5.127.631)	(5.127.631)
TOTAL	4.846.307	1.875.992

05.03 Tributos a recuperar

Os créditos tributários são resultantes de operações de aquisição mercadorias, serviços e bens necessários ao desenvolvimento das atividades operacionais:

CONTA	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	3.183.252	2.214.672
PIS	(46.970)	(279.840)

Rubrica

CTC

DS

RRM

Rubrica

AADV

Rubrica

AADV



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

CONTA	31/12/2024	31/12/2023
IRRF a Recuperar	24.120	24.120
ICMS a recuperar	120.152	30.833
Outros tributos a recuperar	62.900	60.348
TOTAL	3.343.453	2.050.132

05.04 Adiantamentos a terceiros

CONTA	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a funcionários	84.432	124.893
Adiantamentos a fornecedores	13.152.168	13.164.362
TOTAL	13.236.600	13.289.254

05.05 Outros créditos

Correspondem a outros créditos a receber de associados e de não associados, bem como relativos às contas de compensação, utilizadas para efeito de controles de operações que cujos valores não interferem na situação patrimonial da Entidade.

05.05.01 Outros créditos circulantes

CONTA	31/12/2024	31/12/2023
Despesas antecipadas a apropriar	6.452.896	6.457.221
TOTAL	6.452.896	6.457.221

05.05.02 Outros créditos não circulantes

CONTA	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos compulsórios	21.527	21.527
Compensações ativas	6.250.274	2.786.272
TOTAL	6.271.801	2.807.799

05.06 Estoques

CONTA	31/12/2024	31/12/2023
Estoques de produtos acabados	7.905.694	572.890
Estoques de mercadoria para revenda	49.808.700	61.910.938
Estoques de matéria prima	6.396.503	5.845.613
Estoque de mercadoria em poder terceiros	1.702.207	756.113
Estoques de grãos	8.657.380	6.107.571
Estoques de grãos em poder terceiros	3.904.612	5.281.128
Estoques de terceiros	20.329.270	20.679.087
Outros estoques	34.969.912	34.228.899
Estoques de imóveis para venda	129.867	129.867
TOTAL	133.804.147	135.512.106

A Entidade encontra-se em processo de aprimoramento de seus controles de estoques e critérios de apuração de custos e método de custeio, visando dar conformidade ao CPC 16 – Estoques. Para os critérios de avaliação dos estoques, vide Nota Explicativa nº. 03.05.

05.07 Investimentos

Os investimentos em terrenos, contabilmente conceituados como “Propriedades para Investimos”, são mensurados ao custo de aquisição.

Rubrica
ADV

Rubrica
ADOC

Rubrica
CTC

DS
RRM



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

CONTA	31/12/2024	31/12/2023
Terrenos	4.399.435	4.399.435
Cotas capitais (a)	7.816.491	7.696.011
Outros investimentos	18.165	18.165
TOTAL	12.234.091	12.113.611

(a) As cotas capitais são referentes as seguintes cooperativas:

COOPERATIVAS	2024
Cooperativa Central de Laticínios de Goiás	11.250
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão das Regiões Sudoeste, Sul	127.009
Cooperativa de Crédito, Poup. e Invest. Ceileiro Centro Oeste Sicredi	563.990
Cooperativa de Crédito Livre Admissão do Vale do Araguaia	1.968.077
Banco Cooperativo Sicoob S/A	300.000
Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano	1.428.343
Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos	1.000
Cooperativa Agropecuária Central Rede de Abastecimento	26.250
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Araguaia	3.390.573
TOTAL	7.816.491

05.08 Imobilizado e intangível

05.08.01 Imobilizado

CONTA	31/12/2024	31/12/2023
Edificações	37.996.937	36.851.221
Equipamentos contra incêndios	240.172	240.172
Equipamentos de informática	3.370.623	2.875.691
Equipamentos de laboratório de análises	117.999	117.999
Equipamentos de oficina mecânica	363.626	125.488
Equipamentos de segurança	964.794	995.257
Equipamentos e instalações elétricas	928.750	928.750
Imobilizado em andamento	5.799.488	2.115.878
Instalações	335.888	335.888
Máquinas e equipamentos	32.036.338	26.986.647
Máquinas e implementos agrícolas	1.659.236	1.545.037
Móveis e utensílios	2.424.256	2.191.008
Outros imobilizados	316.888	604.502
Rede de energia elétrica externa	16.471	16.471
Sistema de comunicação	35.037	34.829
Terrenos	12.821.610	12.821.610
Veículos	11.265.854	10.823.817
(-) Depreciações acumuladas	(40.314.182)	(33.923.718)
TOTAL	70.379.785	65.686.547

A Entidade atualmente realiza o tombamento e identificação dos bens que compõe o seu ativo imobilizado, de modo a correlacioná-los aos controles existentes. Há garantia hipotecária junto a instituições financeiras relativos à parte dos bens imóveis.

Rubrica

uadV

05.08.02 Intangível

CONTA	31/12/2024	31/12/2023
Softwares	2.018.417	2.018.417
(-) Amortizações Acumuladas	(1.880.332)	(1.529.466)
TOTAL	138.084	488.951

Rubrica

CTC

DS

RRM

Rubrica

uadV



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

05.09 Fornecedores

Os termos e condições dos passivos financeiros relativos a fornecedores, refletem:

- (a) Parcelas com vencimento superior 30 (trinta) dias e são liquidados ao longo do exercício corrente, e;
- (b) Juros vinculados são liquidados ao longo do exercício.

Abaixo, principais fornecedores com saldo superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais):

Circulante

Fornecedor	2024
Mosaic Fertilizantes Do Brasil Ltda	1.003.992
Boa Safra Sementes Sa	1.057.230
Unimed Saúde E Odonto S A	1.066.800
Arte Trigo Industrial Ltda	1.164.660
Marcos Aparecido Chagas - Fazenda Cachoe	1.184.400
Nordtech Máquinas E Motores Ltda	1.276.571
Silmar Antônio Cruvinel - Faz Estreito E	1.322.580
Monsanto Do Brasil Ltda	1.361.893
Robson Caraffini - Faz Bom Sucesso	1.374.780
Superis Distribuidora Ltda	1.507.339
Cadioli Implementos Agrícolas Ltda	1.510.177
Auto Posto Santa Luzia Ltda	1.592.300
Adalberto Dionisio Pedrini - Faz Primave	1.658.160
Cargill Alimentos Ltda	1.687.770
Joao Pedro Michels - Fazenda Holandia	1.779.978
Bruno Fernandes Pedrini - Faz Estreito E	1.943.946
Hugo Fernandes Castro - Faz Monte Alto	2.170.143
Vanildo Joao Pedrini - Faz Margarida Iii	2.368.800
Vanildo Joao Pedrini - Faz Princesa Da S	2.368.800
Ramilo Bello - Faz Torres Do Rio Bonito	2.909.183
Vanildo Joao Pedrini - Faz Estreito	2.961.000
Yhwh Magalhaes Produtos Para Festas Eire	3.447.094
Adalberto Dionisio Pedrini - Faz Princes	3.948.000
Chiaperini Industrial Ltda	3.967.740
Timo E Teodoro Ltda	4.057.174
Resener Distribuidora De Componentes Ltd	4.263.840
Sadi Joao Lovato Junior	4.434.435
Edilson Goncalves Pereira - Me	4.718.316
Goiás Tribunal De Justiça Do Estado De G	5.963.378
Antônio Michels - Faz Varjão Ld Faz Mira	7.083.430
Planalto Componentes Ltda	7.174.710
Mtb Green Controle De Pragas Eireli	14.564.849
Outros Fornecedores	61.705.137
TOTAL	160.598.606

Não circulante

CONTA	31/12/2024
Fornecedores	663.200
TOTAL	663.200

Rubrica

CTC

DS

RRM

Rubrica

aADV

Rubrica

aJDC



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

05.10 Empréstimos e Financiamentos

Agentes	Encargos	Vencimento	Valor
CCB Brasil	2,45% a.a + CDI	2026	2.721.636
Sicredi Celeiro	4,00% a.a + CDI	2026	11.084.480
Banco Santander S/A	2,12% a.a + CDI	2024	11.402.707
Banco Do Brasil S/A	3,87%a.a + CDI	2026	18.823.757
Banco CCB Brasil S/A	2,65% a.a + CDI	2025	4.625.257
Banco Bradesco S/A	2,65%a.a + CDI	2025	16.550.920
Banco Do Brasil S/A	2,45%a.a + CDI	2026	3.402.550
Sicoob Unidades	1,10% a.m.	2025	5.498.034
Banco Santander S/A	3,05%a.a + CDI	2025	5.480.796
Banco Safra S/A	4,2/%a.a + CDI	2025	8.300.513
Banco Industrial	5,66% + CDI	2026	7.523.625
Banco Do Brasil S/A	3,75%a.a + CDI	2025	10.022.490
Sicoob Unidades	3,50%a.a + CDI	2025	5.244.877
Sicoob Mineiros	3,50%a.a + CDI	2025	5.500.000
Banco do Brasil S/A	11,50% a.a.	2026	20.704.004
Banco Bradesco S/A	2,50%a.a. + CDI	2025	3.115.785
Banco C6 S/A	040%a.m. + CDI	2025	5.147.990
Banco Safra S/A	10,00% a.a.	2025	2.727.943
Banco Safra S/A	11,75% a.a.	2025	2.767.648
Caixa Econômica Federal	12,00% a.a.	2026	14.929.345
Banco do Brasil S/A	11,50% a.a.	2025	20.939.973
Caixa Econômica Federal	11,75% a.a.	2026	2.076.926
Caixa Econômica Federal	11,50% a.a.	2025	8.923.988
Banco do Brasil S/A	11,50% a.a.	2025	15.302.737
Banco do Brasil S/A	7,50% a.a.	2028	5.773.103
Scania Banco S/A	0,79% a.m.	2025	133.731
Scania Banco S/A	0,79% a.m.	2025	58.765
Banco do Brasil S/A	3% a.a.	2025	100.026
Banco do Brasil S/A	3% a.a.	2025	132.570
TOTAL			219.016.177

05.11 Obrigações sociais e trabalhistas

CONTA	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações com pessoal	1.161.193	1.046.579
Encargos sociais a pagar	2.256.358	2.026.122
Provisões trabalhistas e previdenciárias	2.800.128	2.583.399
TOTAL	6.217.680	5.656.100

05.12 Obrigações tributárias

CONTA	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda a recolher	272.950	260.282
Contribuição Social a recolher	163.770	156.169
ICMS a recolher	523.198	435.066
Outros tributos a recolher	193.014	48.137
TOTAL	1.152.932	899.654

Rubrica

CTC

DS

RRM

Rubrica

ALADU

Rubrica

ANDOC



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

05.13 Contas a pagar

CONTA	31/12/2024	31/12/2023
Capital a restituir (a)	1.245.056	1.022.101
Repasses	67.707	133.186
Participações resultados	28.811	28.811
Outras contas a pagar	88.189	97.038
Obrigações com clientes	7.136.928	4.548.418
TOTAL	8.566.692	5.829.554

(a) Valores a repassar a cooperados que requereram a baixa de sua filiação, bem à aposentados.

05.14 Dispêndios com pessoal

CONTA	31/12/2024	31/12/2023
Salários e ordenados	12.780.303	12.092.673
Horas extras	667.335	522.441
13º salário	1.164.553	1.063.468
Férias	2.219.637	2.031.861
INSS - Previdência social	5.791.723	5.452.012
FGTS	2.120.532	1.770.539
Comissões	1.139.424	1.214.129
Salários adicionais	1.370.594	1.210.489
Plano de saúde	1.062.874	967.328
Gratificações	1.126.760	1.047.765
Honorário conselho administrativo/fiscal	1.120.953	1.094.230
Outras despesas com pessoal	313.275	(134.088)
TOTAL	30.877.962	28.332.845

05.15 Dispêndios gerais

CONTA	31/12/2024	31/12/2023
Energia elétrica	1.950.396	2.014.218
Seguros de imobilizações	559.129	291.875
Conservação e manutenção	1.926.914	2.189.417
Conservação de veículos	730.502	736.751
Material de uso e consumo	6.706.947	3.483.283
Viagens e estadias	947.446	290.144
Auditoria/Consultoria	5.356.626	1.209.043
Licenciamento/Manutenção de Software	1.196.879	1.019.372
Depreciações	6.344.236	5.668.529
Aluguéis	728.016	785.428
Propagandas e publicidades	904.143	882.031
Perdas de estoque	973.875	1.858.714
Serviços de terceiros	5.329.138	7.046.490
Combustíveis e lubrificantes	1.962.307	1.905.173
Taxas diversas	583.064	520.106
Fretes e carretos	3.684.240	4.304.097
Café/lanches/refeições	519.889	149.549
Locação de veículos	873.027	765.355
Lenha	549.877	1.992.471
Alimentos e nutrientes	2.742.107	28.453
Armazenagem	1.161.044	3.279.504

Rubrica

CTC

DS

RRM

Rubrica

aADN

Rubrica

aJDAc



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

CONTA	31/12/2024	31/12/2023
Demais contas	1.769.155	1.725.831
TOTAL	47.498.957	37.112.046

05.16 Outros ingressos operacionais

CONTA	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de créditos de PIS/COFINS	386.590	3.251.853
Crédito presumido de ICMS	552.083	515.729
Resultado positivo em participações societárias	15.300	1.031.056
Outros ingressos operacionais	121.895	83.442
TOTAL	1.075.868	4.882.079

05.17 Resultado Financeiro

05.17.01 Ingressos e receitas financeiras

CONTA	31/12/2024	31/12/2023
Juros e descontos obtidos	6.622.071	12.131.894
Multas ativas	878	-
Outras receitas financeiras	1.487.905	679.863
TOTAL	8.110.855	12.811.757

05.17.02 Dispêndios e despesas financeiras

CONTA	31/12/2024	31/12/2023
Correção Monetária	61.958	360.959
IOF	811.479	317.615
Juros e descontos concedidos	29.867.993	23.323.029
Outras despesas financeiras	3.723.274	1.575.251
TOTAL	34.464.704	25.576.854
Resultado Financeiro Líquido	(26.353.849)	(12.765.097)

NOTA 06. OUTRAS INFORMAÇÕES

06.01 Seguros

A Cooperativa possui seguros de alguns veículos. Contudo a maior parte não possui cobertura. Não há seguros sobre imóveis e equipamentos de maior valor.

06.02 Avais

A Cooperativa não possui avais em favor do quadro social ou de terceiros.

06.03 Partes Relacionadas

As partes relacionadas compreendem a diretoria executiva e conselheiros fiscais, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto Social da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais, responsáveis, principalmente, pela administração operacional, e a eles compete o cumprimento das deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria Executiva.

A diretoria executiva reponde pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 4 anos, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros ao final de cada mandato.

Rubrica
AADV

Rubrica
AADO

Rubrica
CTC

DS
RRM



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

Os direitos e deveres da diretoria executiva e conselheiros fiscais são os mesmos estabelecidos aos demais associados.

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços equivalentes aos praticados no mercado. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

No exercício findo em 31/12/2024, a Entidade não reconheceu provisão para perdas de crédito relacionado aos valores a receber de partes relacionadas.

06.04 Capital Social

O Capital Social integralizado é de R\$ 37.055.578 (trinta e sete milhões, cinquenta e cinco mil, quinhentos e setenta e oito reais), com integralização na admissão do Cooperado e, anualmente, caso haja sobras, de modo individualizado por associado, o valor dos juros propostos pelo Conselho de Administração e referendados pela Assembleia Geral, no montante de até no 12% ao ano, calculado sobre o capital social integralizado.

06.05 Reservas legais e estatutárias

Os Fundos constituídos referem-se a:

Fundo de Reserva

Indivisível entre os cooperados, é constituído com 40% das sobras líquidas em operações com os cooperados, créditos não reclamados após 05 (cinco) anos, auxílios e doações sem destinação especial e capital a restituir não reclamado após 05 anos de desligamento do cooperado, sendo destinado a reparar eventuais perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa.

Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES)

Indivisível entre os cooperados, é constituído com 5% das sobras líquidas em operações com os cooperados e 100% do resultado das operações com não cooperados, líquido dos impostos incidentes, sendo destinado a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social de conformidade com os arts. 28 e 87 da Lei nº. 5.764, de 1971.

	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de reserva legal	14.955.939	14.613.416
FATES	3.037.305	2.887.494
Fundo de investimento	5.263.460	4.835.307
Fundo de capital de giro	5.263.460	4.835.307
Total	28.520.164	27.171.525

	31/12/2024	31/12/2023
Subvenções para incentivos fiscais	671.050	671.050
Doações e subvenções	390.495	390.495
Reservas de reavaliação patrimonial	15.545.854	15.545.854
Total	16.607.399	16.607.399
Total Geral	45.127.564	43.778.924

06.06 Sobras ou perdas a disposição

Refere-se ao resultado líquido do período após a constituição de reservas. O Demonstrativo das Destinações Legais e Estatutárias demonstra as sobras líquidas do exercício, ajustadas pelas destinações estatutárias, conforme abaixo:

Rubrica
CTC

DS
RRM

Rubrica

aladw

Rubrica

aladw



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

Fundo de Reserva Legal	20,00%
FATES	5,00%
Capitalização de Novas Quotas do Capital	25,00%
Fundo de Investimento	25,00%
Fundo de Capital de Giro	25,00%

Mineiros, Goiás, 31 de dezembro de 2024.

Assinado por:

Cássio Teodoro Carrijo

Cássio Teodoro Carrijo
Diretor Presidente

DocuSigned by:

REGIS RESENDE MACHADO

Regis Resende Machado
Vice Presidente

Assinado por:

ALBERONE JOSÉ DE OLIVEIRA CARRIJO

Alberone José de Oliveira Carrijo
Secretário

Assinado por:

ANA LÚCIA ARAÚJO DAS VIRGENS

Ana Lúcia Araujo Virgens
Contadora CRC GO nº. 029074/O



COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cooperativa Mista Agropecuária do Vale do Araguaia – COMIVA

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

Nós, membros do Conselho Fiscal, no exercício de nossas atribuições legais e das disposições correlatas estatutárias, procedemos ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Cooperativa Mista Agropecuária do Vale do Araguaia – COMIVA, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, e concluímos, com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às cooperativas, observadas as ressalvas constantes no parecer dos auditores independentes, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Cooperativa e, portanto, estão em condições para apreciação e deliberação em Assembleia Geral Ordinária dos Cooperados.

Em paralelo, reportamos as seguintes observações:

1. Balanço Patrimonial

Constatamos que a Cooperativa apresentou ativos e passivos totais de R\$ 488.040.417, sendo:

(a) Os Ativos demonstram a saúde financeira e a capacidade de cumprimento das obrigações, sendo:

	Valor (R\$)
Ativos Circulantes	394.170.348
Realizável de Longo Prazo	11.118.108
Investimentos de Longo Prazo	12.234.091
Imobilizado	70.379.785

Destaques:

- Aplicações Financeiras no valor de R\$ 35.184.765 destinadas à garantia de operações de crédito junto ao sistema financeiro;
- Contas a receber de associados/clientes no valor de R\$ 195.483.503. Deste montante há o valor de R\$ 60.665.704 vencidos, portanto aproximadamente 31,00%. Apenas em 2024 a inadimplência foi de R\$ 35.720.896.
- Fato relevante é destacado no parecer da auditoria quanto a contagem de estoques e a gestão dos ativos imobilizados. Embora não representem ameaças à saúde econômica/financeira da Cooperativa, requerem acompanhamento para regularização dentro do exercício de 2025.

(b) Os passivos estão distribuídos da seguinte forma:

	Valor (R\$)
Passivo Circulante	350.397.505
Passivo Não Circulante	55.490.024
Patrimônio Líquido	82.152.887

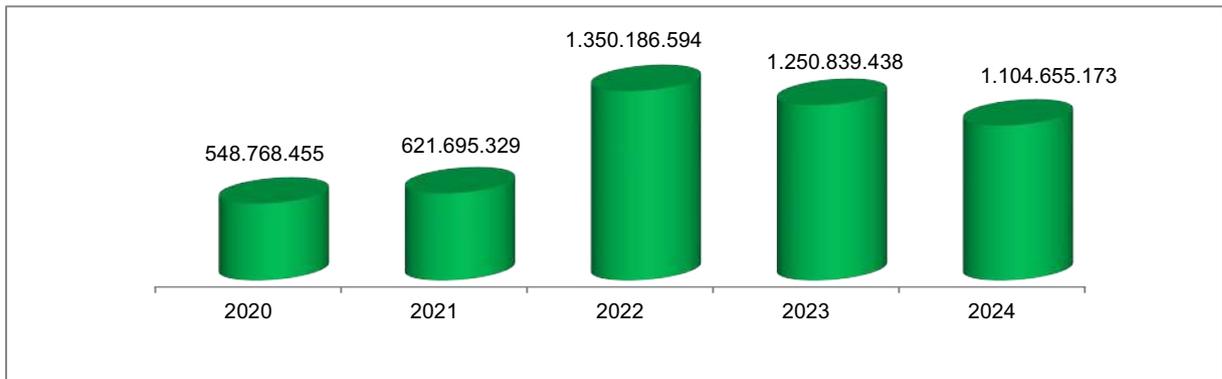
Destaques:

- 78% dos empréstimos e financiamentos estão concentrados em vencimentos de curto prazo.

2. Análise da Demonstração de Resultados

A Cooperativa manteve a performance, com leve redução de faturamento líquido, desde o exercício de 2022, sustentando sua expressividade acima de R\$ 1 bilhão de reais.

DS Rubrica Rubrica



Apesar da recuperação e equilíbrio das margens brutas, operacionais e de geração de caixa, observa-se redução da margem líquida. Em nossa opinião, referida redução se justifica pelas dificuldades experimentadas pelo agronegócio em todo o território nacional, que impactou no aumento das taxas de juros no mercado financeiro para todas as linhas de crédito, influenciado pela expectativa da alta dos juros Selic, o que vem sendo corroborado pelas últimas reuniões do Comitê de Política Monetária (COPOM), verificado até a data de fechamento deste relatório.

Estes fatos, além de outros, impactaram no aumento da inadimplência dos recebíveis da Cooperativa, forçando o aumento de sua alavancagem, com a captação de maior volume de empréstimos bancários.

	2022	2023	2024
Sobras / resultados brutos	1,79%	2,08%	5,28%
Sobras / resultados operacionais	1,56%	1,23%	2,55%
EBITDA	1,89%	1,81%	3,12%
Sobras / resultados líquidos	0,55%	0,21%	0,16%

Atenciosamente,

DocuSigned by:

Lenilda S.B. Rezende

Lenilda Silva Brito Rezende
Presidente do Conselho Fiscal

Assinado por:

Celso Martins de Sousa

Celso Martins de Sousa
Secretário do Conselho Fiscal

Assinado por:

Amauri Carrijo Santos

Amauri Carrijo Santos
Membro do Conselho Fiscal



Contatos



+55 64 3672-7000



contato@comiva.com.br



www.comiva.com.br



Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 7CA4DF83-858D-4598-8655-F07F11366F24
 Assunto: Complete com o Docusign: COMIVA_DFs e Parecer Auditoria_2024.pdf
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 40
 Certificar páginas: 2
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído
 Remetente do envelope:
 DANIELA BERIGO CARVALHO
 Praça José Alves de Assis
 nil
 Mineiros, BR-GO 75830074
 assessoria.juridica@comiva.com.br
 Endereço IP: 45.232.49.164

Rastreamento de registros

Status: Original
 28/03/2025 12:22:41
 Portador: DANIELA BERIGO CARVALHO
 assessoria.juridica@comiva.com.br
 Local: DocuSign

Eventos do signatário

ALBERONE JOSÉ DE OLIVEIRA CARRIJO
 secretario@comiva.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura

Assinado por:

 28289562EC2C490...

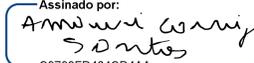
Registro de hora e data

Enviado: 28/03/2025 12:50:26
 Visualizado: 28/03/2025 13:10:39
 Assinado: 28/03/2025 13:14:53

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 45.232.49.164

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através da Docusign

AMAURI CARRIJO SANTOS
 55-64999544948
 Nível de segurança: WhatsApp, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado por:

 C9783FD404CD4AA...

Enviado: 28/03/2025 12:50:31
 Visualizado: 28/03/2025 13:21:59
 Assinado: 28/03/2025 13:29:59

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo
 Assinado pelo link enviado para 55-64999544948
 via WhatsApp
 Usando endereço IP: 200.189.28.191
 Assinado com o uso do celular

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através da Docusign

ANA LÚCIA ARAÚJO DAS VIRGENS
 ana.lucia@comiva.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado por:

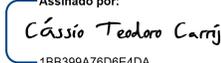
 7D853BBFFAD1413...

Enviado: 28/03/2025 12:50:27
 Reenviado: 28/03/2025 14:03:08
 Reenviado: 28/03/2025 14:03:13
 Visualizado: 28/03/2025 14:05:28
 Assinado: 28/03/2025 14:07:52

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 179.83.58.80
 Assinado com o uso do celular

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através da Docusign

Cássio Teodoro Carrijo
 presidente@comiva.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado por:

 1BB399A78D6E4DA...

Enviado: 28/03/2025 12:50:27
 Visualizado: 28/03/2025 13:07:44
 Assinado: 28/03/2025 13:08:15

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 45.232.49.164

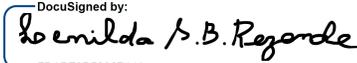
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
<p>CELSO MARTINS DE SOUSA 55-64996559041 Nível de segurança: WhatsApp, Autenticação da conta (Nenhuma)</p>	<p>Assinado por:  5BE8C98D0584421...</p>	<p>Enviado: 28/03/2025 12:50:30 Visualizado: 28/03/2025 12:52:59 Assinado: 28/03/2025 13:32:18</p>

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo
Assinado pelo link enviado para 55-64996559041 via WhatsApp
Usando endereço IP: 177.174.211.35
Assinado com o uso do celular

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através da DocuSign

Lenilda Silva Brito Rezende
lenasiva@yahoo.com.br
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

FBABF0B5282744A...

Enviado: 28/03/2025 12:50:29
Reenviado: 28/03/2025 13:38:25
Visualizado: 28/03/2025 13:39:06
Assinado: 28/03/2025 13:40:27

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo
Usando endereço IP: 177.174.216.63
Assinado com o uso do celular

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através da DocuSign

REGIS RESENDE MACHADO
vice.presidente@comiva.com.br
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:
REGIS RESENDE MACHADO
6CDAEDA24709406...

Enviado: 28/03/2025 12:50:27
Visualizado: 28/03/2025 13:08:35
Assinado: 28/03/2025 13:09:08

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP: 45.232.49.164

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através da DocuSign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	28/03/2025 12:50:31
Envelope atualizado	Segurança verificada	28/03/2025 13:38:24
Envelope atualizado	Segurança verificada	28/03/2025 13:38:24
Envelope atualizado	Segurança verificada	28/03/2025 13:38:24
Entrega certificada	Segurança verificada	28/03/2025 13:08:35
Assinatura concluída	Segurança verificada	28/03/2025 13:09:08
Concluído	Segurança verificada	28/03/2025 14:07:52
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora